

# AS TENSÕES CONSTITUTIVAS DAS NOVAS REPÚBLICAS

 Nicolás Alejandro González Quintero<sup>1,2</sup>

---

Resenha de: GARRIDO, M.; ORTEGA, F. A.; HENSEL, F. (ed.). *Historias de lo político en Colombia*. Volumen 1. Imaginando repúblicas en tiempos de independencia, 1780-1852. Bogotá: Universidad del Rosario: Universidad Nacional de Colombia – Facultad de Ciencias Humanas, 2024, 564 p.

Este livro é o primeiro volume — outros quatro serão publicados no futuro — de um ambicioso trabalho desenvolvido pela professora Margarita Garrido e pelos professores Francisco A. Ortega e Franz Hensel: uma síntese da história de “o político” na Colômbia. Não se trata de uma história política. Os próprios editores esclarecem isso na introdução do volume. Baseando-se no conceito de “o político”, elaborado por Pierre Rosanvallon, Garrido, Ortega e Hensel buscam entender a história republicana da Colômbia desde uma perspectiva que privilegia “la naturaleza y los atributos del sujeto; los lazos que teje la comunidad; y las disputas en torno a la naturaleza, usos y distribución del poder”<sup>3</sup>. Em outras palavras, o que os editores propõem é estudar as histórias que possibilitaram a formação de uma nova comunidade política e, sobretudo, as tensões constitutivas de um processo que continua até hoje. Tensões é a palavra-chave que unifica todo o trabalho. Para compreendê-las, Garrido, Ortega e Hensel estabeleceram sete eixos conceituais que atravessam os

---

1 Universidade de São Paulo – São Paulo – Brasil.

2 Pós-doutorando do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP (Nº. do processo: 2022/03781-2). E-mail: [nagonzalezq@usp.br](mailto:nagonzalezq@usp.br).

3 Garrido, Ortega e Hensel, 2024, p. XVI.

cinco volumes: 1) as formas da comunidade política; 2) a soberania e o reconhecimento; 3) entre povo e multidão; 4) a cidadania como campo de disputa; 5) os regimes morais e emocionais do político; 6) as linguagens políticas da economia, da riqueza e do trabalho; e 7) saber, poder e território. Esses eixos fornecem um roteiro para os diferentes autores que procuram dilucidar os horizontes, as contingências e as incertezas que moldaram a Colômbia.

Esse volume explora as tensões que estruturaram a emergência de uma nova ordem política republicana desde o final do século XVIII até meados do século XIX. Os editores destacam corretamente que esse foi um processo inédito e extremamente criativo, no qual diferentes atores políticos e sociais testaram diversas formas de estruturar e compreender a comunidade política emergente. Essas alternativas e as tensões em torno delas são evidentes desde o primeiro eixo. No primeiro capítulo, Franz Hensel demonstra que os modelos republicano e monárquico competiram entre si até o fim da década de 1820. O autor não se refere ao conflito militar entre revolucionários e monarquistas. Na verdade, o que Hensel ressalta é que o estabelecimento de uma república não era a única opção para aqueles envolvidos no conflito. As dúvidas sobre o projeto republicano e a possibilidade de instaurar diferentes modelos monárquicos nas Américas persistiram pelo menos até o fim da década de 1820. Paradoxalmente, foi a dissolução da República da Colômbia — conhecida historiograficamente como a Grã-Colômbia — que deu origem a um processo de sedimentação republicana, no qual a monarquia se tornou uma opção nostálgica e distante. As tensões em torno do novo regime também são destacadas por George Lomné em seu artigo sobre a iconografia da república após a Independência. Lomné revela que tanto colombianos quanto novo-granadinos — gentílico da Nova Granada, a república estabelecida após a separação da Colômbia — enfrentaram grandes dificuldades para representar a nova entidade política. Enquanto alguns buscavam plasmar um ideal republicano baseado em conceitos abstratos, como igualdade e liberdade, outros preferiram uma representação heroica inspirada na figura de Bolívar como libertador e pai da pátria.

O que fica claro é que a república não estava predeterminada e que, portanto, precisava ser projetada para ser reconhecida como

entidade soberana nos cenários locais e internacionais. Esse é o tema estudado no segundo eixo. Isabel Arroyo analisa o início das relações internacionais da nova república, com foco especial na produção de mapas e no reconhecimento diplomático por parte de outras nações e do Vaticano. Ela evidencia que o novo governo teve grande interesse em apresentar a Grã-Colômbia ao público internacional como um projeto político inovador, a fim de atrair investimentos, obter recursos via dívida e garantir a independência na arena global. Entretanto, o fim da Colômbia e os conflitos territoriais com as antigas províncias, como foi o caso do Equador, evidenciam as incertezas que acompanharam o processo de consolidação do sistema republicano. Por sua vez, Liliana María López aprofunda a reflexão sobre o significado da nacionalidade nesse contexto. Para ela, os intelectuais neogranadinos tinham uma concepção política, e não etno-territorial, da nacionalidade. Essa concepção reconhecia que a identidade nacional precisava ser artificialmente construída e que, portanto, deveria ser adotada mediante um princípio voluntarista. O que definia a nação não era a história ou a homogeneidade etnocultural, mas a vontade de povos e etnias diferentes de constituírem uma nação. Mas a questão era: que tipo de nação se queria estabelecer? Essa pergunta é respondida por Daniel Gutiérrez Ardila no seu texto, no qual demonstra como a opção federal esteve sempre presente nos debates sobre a organização da república. Gutiérrez Ardila mostra que os regimes federais estabelecidos na Nova Granada no século XIX foram uma resposta à pluralidade territorial e um mecanismo para constituir e reconstituir o sistema político em época de crises.

No entanto, todas essas formas de conceber a república precisavam do apoio popular. Víctor M. Uribe-Urán e Luis Ervin Prado examinam essa questão no terceiro eixo. Uribe-Urán resgata um ponto fundamental em todo o volume: é necessário compreender que a formação da nova comunidade política foi marcada por processos de continuidade e ruptura. Ele argumenta que a primeira metade do século XIX testemunhou uma mistura de mecanismos novos e herdados de ação coletiva, o que revela duas tensões fundamentais nos processos de participação popular. Primeiro, o apoio dos setores populares, ora em favor, ora contra o projeto republicano, e o medo das elites em relação à sua mobilização. Segundo, a ampliação da participação do povo nos

novos espaços políticos — eleições, sociedades democráticas etc. —, aliada à persistência de formas de ação direta. Prado estuda processos similares, mas enfatiza um aspecto diferente: a ruptura da deferência na sociedade republicana. Ele explica que as guerras da Independência e o projeto republicano geraram uma ampla politização da sociedade, na qual os setores populares se mobilizaram para negociar, de diversas formas, benefícios e uma maior participação política junto às elites locais.

As lutas para ampliar o espectro político e para dotar de sentido o conceito de cidadão são o objeto principal do quarto eixo. Clément Thibaud explora a emergência da cidadania, que fez do indivíduo o princípio e fim da comunidade política. Thibaud mostra que, talvez, a novidade mais importante da revolução na Nova Granada tenha sido a abertura de uma ideia de cidadania igualitária para diferentes classes e grupos raciais, embora ainda excluísse as mulheres. No entanto, a ideia de igualdade civil, paradoxalmente, serviu para legitimar a desigualdade política e social, já que a persistência das eleições indiretas até 1853 permitiu que elites locais mantivessem o poder político. Essa tensão entre a igualdade civil e desigualdade social se refletiu no campo educativo. Esse é o tema trabalhado por Rafael Acevedo. Ele demonstra que a concepção do cidadão como sujeito letrado marcou os esforços educativos desde as últimas décadas do regime colonial e prevaleceu até meados do século XIX. Essa concepção, que excluía mulheres, pessoas escravizadas e iletrados, foi marcada pela falta de recursos dos governos central e provinciais e pelos esforços das comunidades e elites locais para ampliar o número de escolas. As tensões sobre o tema da cidadania também se refletiram na abolição da escravidão. Marcela Echeverri revela que a abolição foi fundamental para a estruturação do novo Estado e das relações internacionais das novas repúblicas. A participação das pessoas escravizadas na guerra, apoiando as tropas monarquistas ou revolucionárias, iniciou um processo de abolição irreversível. Contudo, esse processo não foi linear, e seus altos e baixos estiveram influenciados pelos interesses de algumas elites locais que desejavam manter a escravidão, pelos esforços da Colômbia de se apresentar como uma república antiescravista no plano internacional e pela mobilização das pessoas escravizadas. A abolição, portanto, serviu para legitimar o projeto republicano — tanto local quanto internacionalmente.

Não obstante, a legitimação da república não podia ser exclusivamente um assunto político. Também era necessário o estabelecimento de um novo regime emocional e moral para sustentá-la. Isso é o que Francisco Ortega e Margarita Garrido exploram no quinto eixo. Ortega mostra que o colapso da soberania divina abriu um campo fértil de debate sobre a moral como fundamento do novo regime político. Embora ela tivesse tido um rol importante na época colonial, Ortega explica que o conceito de soberania popular levou a moral e a virtude a adquirirem um papel preponderante na sociedade republicana. Portanto, segundo Ortega, as elites neogranadinas tentaram expandir essas ideias por meio da esfera pública e do castigo de vadiagem. Os novos valores da república tinham que ser incorporados não só intelectualmente, mas também emocionalmente. Garrido aprofunda essas questões. Ela explica que as respostas das autoridades coloniais às revoltas do final do século XVIII e à violência da restauração monárquica entre 1814 e 1819 enfraqueceram o regime moral e emocional da monarquia. No entanto, o projeto republicano tinha que estabelecer seu próprio regime emocional. Para Garrido, a ideia do cidadão virtuoso abriu um horizonte que, apesar dos ressentimentos políticos e do espírito de partido, permitiu a expansão de um sentimento democrático que começou a ser absorvido pela população.

O estabelecimento do novo regime emocional republicano foi acompanhado por uma reengenharia do sistema econômico. Esse é o assunto do sexto eixo. James Torres elucida que o sistema de conexões policêntricas estabelecido na Nova Granada no final do século XIX evoluiu durante o período republicano, acompanhando as mudanças políticas experimentadas global e localmente. As guerras e os interesses das elites locais mudaram os eixos de comércio e de circulação de ouro nos territórios colombianos, venezuelanos e equatorianos. Torres revela que as disputas entre diversas cidades foram produto de conflitos políticos entrelaçados aos interesses econômicos das diferentes províncias. José Joaquín Pinto estuda essas tensões ao examinar as mudanças das políticas fiscais durante o período. Ele expõe que a coleta fiscal teve uma transformação fundamental: a ruptura da unicidade fiscal centrada em Bogotá. Isso levou ao desenvolvimento de uma forte tensão em torno da descentralização da renda e das discussões sobre se o governo devia

adotar um sistema impositivo baseado em impostos coloniais, como o estanco, ou em direitos alfandegários e tributação direta.

Os debates sobre a territorialidade das novas repúblicas e a forma de administrar suas províncias estiveram sempre presentes, como prova o sétimo eixo. Paola Ruiz mostra claramente os impactos políticos causados pelos reordenamentos territoriais experimentados no processo de consolidação republicano. Ruiz explica que, apesar dos intentos por estabelecer um modelo centralizado, as províncias e as elites locais lutaram constantemente para manter sua autonomia. Porém, não se tratava apenas de uma disputa entre elites regionais e o governo central. Também houve uma contenda entre as elites locais e os setores emergentes dentro de suas mesmas províncias, que buscavam uma maior autonomia para suas jurisdições. Esses chamados foram influenciados por discussões sobre economia política. Como explica María José Afanador, a forma como as elites locais imaginaram a ordem política, o território e a riqueza moldou os pedidos de autonomia de regiões como Quito e Guayaquil durante a crise monárquica e o estabelecimento da República da Colômbia ou da Buenaventura na década de 1840. Afanador demonstra que as inconformidades das elites locais com os planos de desenvolvimento econômico do governo central e as autonomias experimentadas na época colonial foram determinantes para o processo de territorialização da Colômbia. O conflito entre soberania unitária e resistência federal, como descreve Lucía Duque em seu texto, é palpável não somente nos discursos de economia política, mas também na produção cartográfica. Muitos dos mapas da Colômbia após a independência ilustram a tensão crescente entre aqueles que procuravam estabelecer um modelo centralizador e aqueles que promoviam um pacto federal para a nova república.

Como demonstra o resumo do livro, este é um volume audacioso e corajoso. É visível o trabalho conjunto entre autores e editores para alcançar uma obra coesa e com linhas argumentais transversais. Além disso, o volume cumpre seu propósito de apresentar uma síntese dos estudos mais recentes sobre a história da Colômbia, sob uma perspectiva inovadora que ilumina as tensões constitutivas do projeto republicano na primeira metade do século XIX. No entanto, o trabalho tem alguns pontos fracos. Apesar dos amplos esforços, nem todos os capítulos conseguem cobrir o espaço dos atuais territórios da Colômbia, da Venezuela, do

Equador e do Panamá. Embora seja um trabalho gigantesco, a conexão entre esses territórios é fundamental para entender os processos políticos do período, algo demonstrado por alguns capítulos da mesma obra. Além disso, considero que faltou explorar como o tema indígena — o lugar dos indígenas na república e a discussão sobre seus territórios — e as questões raciais — além da abolição da escravidão — também se constituíram em tensões fundamentais na formação da comunidade política. Apesar disso, o livro é excelente e pode se tornar uma referência para a elaboração de outras “historias de lo político” no continente. Agora, só nos resta aguardar com ânsia os outros quatro volumes.

### ***Bibliografia***

GARRIDO, M; ORTEGA, F. A; HENSEL, F. “Introducción”, em GARRIDO, M.; ORTEGA, F. A.; HENSEL, F. (ed.). *Historias de lo político en Colombia*. Volumen 1. Imaginando repúblicas en tiempos de independencia, 1780-1852. Bogotá: Universidad del Rosario: Universidad Nacional de Colombia – Facultad de Ciencias Humanas, 2024, pp. XIII – XXXI.

Recebido em: 10/02/2025 - Aprovado em: 10/03/2025

#### **Editores responsáveis**

Ignacio Telesca